



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO **PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG**
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: Menor Preço

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global

PROCESSO: 410.006.707/2007

INTERESSADO: Agência de Tecnologia da Informação - AGENTI

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção do Sistema PDGI – Plano Diretor de Gestão da Informação, conforme relação, quantidades, especificações e demais condições constantes do anexo I do presente edital.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 - Serviços de Terceiros

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA REUNIÃO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

DIA: 21/12/2007, às 08:30 horas

ENDEREÇO: SETOR BANCÁRIO SUL QUADRA 02 BL. "L" 5º ANDAR - EDIFÍCIO LINO MARTINS PINTO – BRASÍLIA/DF – CEP.: 70.070.120.

EDITAL DE LICITAÇÃO PRESENCIAL

A CENTRAL DE COMPRAS, unidade orgânica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, por meio da Pregoeira LUCIMAR PINHEIRO DE DEUS, designada pelo Decreto s/n de 05.01.2007, publicado no DODF n.º 06 de 08 de janeiro de 2007, comunica aos interessados que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO para fornecimento do objeto especificado no Anexo I deste Edital. O presente certame será regido pela Lei n.º 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto do Distrito Federal n.º 23.460, de 16 de dezembro de 2002, publicado no DODF n.º 242, de 17 de dezembro de 2002 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, Decretos Distritais 20.375/99, 21.928/2001, e 22.950/2002, Portaria 563/2002, Instrução Normativa n.º 03/99, baixada pela Subsecretária da Compras e Licitações, além das demais normas pertinentes, desde que não conflitem com os dois primeiros diplomas legais mencionados, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos. O Edital poderá ser obtido na Central de Compras, nos dias úteis, de 08:00 às 12:00h e das 14:00 às 18:00h, mediante a apresentação de comprovante de recolhimento no valor de R\$ 10,00 (dez reais), recolhido em qualquer agência bancária, através do Documento de Arrecadação - DAR, código 357-3, referente a taxa de reprodução do edital, de acordo com a Lei Complementar n.º 264/99, ou pela INTERNET www.compras.df.gov.br/editais/número/pregãopresencial/buscar/. AS EMPRESAS E OU REPRESENTANTES QUE ADQUIRIREM O EDITAL VIA INTERNET SE OBRIGAM A ACOMPANHAR O DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL COM VISTAS A POSSÍVEIS ALTERAÇÕES. Outras informações pelo fone (xx61) 3312 5121 ou no endereço SETOR BANCÁRIO SUL QUADRA 02, BL. "L", 5º ANDAR - EDIFÍCIO LINO MARTINS PINTO – BRASÍLIA/DF.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção do Sistema PDGI – Plano Diretor de Gestão da Informação, conforme relação, quantidades, especificações e demais condições constantes do anexo I do presente edital.

1.2 Integram este Edital todos os seus Anexos.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital.

2.2. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:

2.3.1. Empresas que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Distrito Federal.

2.3.2. Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

2.3.3. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

2.3.4. O autor do projeto, básico, pessoa física ou jurídica.

2.3.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico, cujo o autor seja dirigente, gerente, acionista, responsável técnico ou subcontratado.

2.3.6 Pela simples participação no presente processo licitatório, a empresa estará aceitando todas as condições estabelecidas no edital.

3. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1. Na data, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, em sessão pública dirigida pelo (a) pregoeiro (a), serão recebidos os envelopes contendo as propostas de preços e documentação de habilitação.

3.2. As empresas que desejarem participar do Pregão deverão entregar ao (à) Pregoeiro (a), em envelopes separados e fechados, não transparentes, a "PROPOSTA" e a "DOCUMENTAÇÃO", contendo na parte externa o número do Edital, o nome da empresa, o local, a data e a hora da realização do certame.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao (à) Pregoeiro (a) por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2. O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de propostas, lances verbais e praticar todos os atos neste Pregão (artigo 4º, inciso VI, da Lei n.º 10.520/2002).

4.2.1 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento particular de procuração com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame, em nome do proponente e acompanhada de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

4.2.1.1. Em sendo instrumento público de procuração, fica dispensada a verificação dos documentos que comprovem os poderes do outorgante.

4.2.2. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.3. Os proponentes deverão apresentar declaração de ciência nos termos do modelo do Anexo V, que por intermédio de seu representante legal DECLARA, que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação, bem como apresenta sua proposta com indicação do objeto e do preço oferecido os quais atendem plenamente ao edital.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A proposta deverá ser datilografada ou emitida por computador, no idioma português do Brasil, e apresentada sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem estar preferencialmente numeradas e rubricadas e a última assinada pelo representante legal da licitante, devendo constar:

- a) nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) Conter preço unitário, total mensal e **total anual** do item cotado, conforme modelo de Proposta, item 11 do Anexo I do Edital, em moeda nacional, podendo conter até duas casas decimais após a vírgula, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência entre os valores, a indicação por extenso;
- c) Conter a indicação de uma única marca para cada item, sem prejuízo da indicação de todas as características do produto cotado, com especificações claras e detalhadas, inclusive tipo, referência, observadas as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
- d) conter o (s) prazo (s) de início/entrega do (s) serviço (s) oferecido (s) não superior a 30 (**trinta**) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato;
- e) Conter prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega;
- e) Conter Declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços oferecidos englobam a prestação de serviços, mão-de-obra, salários e todos os encargos trabalhistas, manutenção, armazenamento, bem como todos os tributos e encargos, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;
- f) Conter declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.
- g) Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos, valores superiores aos preços oficiais ou estimados pelos órgãos interessados, casos contrários, os itens serão considerados fracassados.

5.2. Se na proposta a especificação estiver incompleta, esta será considerada igual à exigida no presente Edital, obrigando-se o proponente à entrega de produto que atenda em plenitude às condições do Anexo I.

5.3 Caso os prazos de que trata o item 5.1 não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

5.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações dos serviços ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

6. DO JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

- 6.1. No julgamento das propostas será adotado o **critério de menor preço global**, atendidas as condições estabelecidas neste Pregão.
- 6.2. O (A) Pregoeiro (a) poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.
- 6.3. Durante o julgamento será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.
- 6.4. Não serão aceitas propostas que apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.
- 6.5 A desclassificação da proposta da licitante importa na preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.
- 6.6 Quando todas as propostas forem desclassificadas, o (a) Pregoeiro (a) poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.
- 6.7. Será identificada pelo (a) Pregoeiro(a) a proposta de menor preço neste caso maior desconto, o qual classificará as demais em ordem crescente até 10 % (dez por cento) superior em relação à de menor preço neste caso maior desconto e desclassificará as propostas que não atenderem às exigências do edital.
- 6.8. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 6.7, o (a) Pregoeiro (a) classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores ofereçam lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 6.9 Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.
- 6.10. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- 6.10.1. A licitante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo (a) Pregoeiro (a), ficará excluída dessa etapa e será mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.
- 6.11. Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio, em ato público.
- 6.12. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes do item 8 deste Edital.
- 6.13. Encerrada a etapa competitiva, serão ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério de menor preço neste caso maior desconto.
- 6.14. Não havendo lances verbais, será verificada a conformidade entre as propostas escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o licitante para que seja obtido melhor preço.
- 6.15. O (A) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e ao valor, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.16. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado.
- 6.17. Constatado o atendimento pleno às exigências habilitatórias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 6.17.1. A adjudicação será realizada global.
- 6.18. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o (a) Pregoeiro (a) examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceita, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto, podendo o pregoeiro negociar com o mesmo para que seja obtido melhor preço.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

6.19. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes que, ao final, será assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pela equipe de apoio e pelos representantes presentes.

6.20. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Para habilitar-se à presente licitação as empresas deverão estar devidamente CADASTRADAS e HABILITADAS PARCIALMENTE no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou mediante a apresentação da documentação relacionada no item 7.1.2 deste Edital.

7.1.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão incluir no envelope DOCUMENTAÇÃO o seguintes documentos:

I. Declarar sob as penas da lei, que até a presente data não existem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, modelo Anexo IV deste edital;

II. Declaração de que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93);

III. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;

IV. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido por órgão público ou empresa de direito público ou privado, comprovando a experiência na execução de atividades de manutenção de sistemas utilizando tecnologia Microsoft ASP, Microsoft SQL Server, BEA Aqualogic Interaction, BEA Aqualogic Collaboration e BEA Aqualogic BPM Suite.

V. – Uma (01) Declaração emitida pelo fabricante Microsoft, específica para este procedimento licitatório, onde comprove que a licitante é membro ativo de seu programa de parcerias, no nível Certified Partner ou Gold Certified Partner;

VI. - Uma (01) Declaração emitida pelo fabricante BEA Systems, específica para este procedimento licitatório, onde comprove que a licitante é membro ativo de seu programa de parcerias, no nível Select Partner;

VII– Comprovar ter a licitante pleno conhecimento das condições do ambiente técnico específico onde será operada/instalada a solução contratada, como objeto do certame, realizada por meio de apresentação de um Termo de Vistoria Técnica Prévia, conforme modelo Item 12 do Anexo I do Edital, obtido antes da data de realização do certame, devidamente datada e assinada pelo representante da empresa e por técnico da Agência de Tecnologia da Informação – AGEMTI/DF;

a) O Termo de Vistoria Prévia de que trata este inciso poderá ser obtido, pelo representante da empresa licitante, na AGEMTI/DF, sito à SAIN Projeção H – Ed. da CODEPLAN – 2º andar – Brasília/DF, após o agendamento através do telefone: 3342-1345, com o Técnico da AGEMTI/DF Sr. Francisco Carlos Ribeiro de Araújo.

VIII - As licitantes que apresentarem resultado menor do que 1 (um), em qualquer um dos índices constante da consulta junto ao SICAF, deverá comprovar Patrimônio Líquido no valor de R\$ 911.689,60 (novecentos e onze mil seiscientos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. A comprovação deverá ser feita pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

do último exercício social já exigível e apresentado na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial.

7.1.1.1. A habilitação das licitantes fica condicionada à verificação dos seus respectivos registros, bem como da validade dos documentos cadastrais e de habilitação parcial por meio de consulta “on-line” ao SICAF, no ato da abertura do certame, que será impressa sob forma de “Declaração de Situação”, que instruirá o processo, nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93, do artigo 3º do Decreto n.º 3.722/2001 e da instrução Normativa MARE n.º 5 de 21/07/95, republicada no DOU do dia 19/04/96.

7.1.1.2. Licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, impresso na sessão de habilitação, algum documento com validade vencida, deverá apresentar o respectivo documento que comprove a regularidade dos mesmos, conforme especificado no item 7.1.1.1. deste edital.

7.1.2. As Licitantes que não estejam cadastradas ou com situação irregular junto ao SICAF deverão incluir no envelope DOCUMENTAÇÃO os seguintes documentos:

I. Declarar sob as penas da lei, que até a presente data não existem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, modelo Anexo IV deste edital;

II. Declaração nos termos do modelo do anexo III deste edital de que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

III. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990;

IV – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (INSS) e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

V – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

VI – Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto n.º 6.106/2007;

IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital da sede do licitante.

V. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br;

VI. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido por órgão público ou empresa de direito público ou privado, comprovando a experiência na execução de atividades de manutenção de sistemas utilizando tecnologia Microsoft ASP, Microsoft SQL Server, BEA Aqualogic Interaction, BEA Aqualogic Collaboration e BEA Aqualogic BPM Suite.

VII. Uma (01) Declaração emitida pelo fabricante Microsoft, específica para este procedimento licitatório, onde comprove que a licitante é membro ativo de seu programa de parcerias, no nível Certified Partner ou Gold Certified Partner;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

VIII. Uma (01) Declaração emitida pelo fabricante BEA Systems, específica para este procedimento licitatório, onde comprove que a licitante é membro ativo de seu programa de parcerias, no nível Select Partner;

IX. Comprovar ter a licitante pleno conhecimento das condições do ambiente técnico específico onde será operada/instalada a solução contratada, como objeto do certame, realizada por meio de apresentação de um Termo de Vistoria Técnica Prévia, conforme modelo Item 12 do Anexo I do Edital, obtido antes da data de realização do certame, devidamente datada e assinada pelo representante da empresa e por técnico da Agência de Tecnologia da Informação – AGEMTI/DF;

b) O Termo de Vistoria Prévia de que trata este inciso poderá ser obtido, pelo representante da empresa licitante, na AGEMTI/DF, sito à SAIN Projeção H – Ed. da CODEPLAN – 2º andar – Brasília/DF, após o agendamento através do telefone: 3342-1345, com o Técnico da AGEMTI/DF Sr. Francisco Carlos Ribeiro de Araújo.

X - As licitantes que apresentarem resultado menor do que 1 (um), em qualquer um dos índices constante da consulta junto ao SICAF, deverá comprovar Patrimônio Líquido no valor de R\$ 911.689,60 (novecentos e onze mil seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. A comprovação deverá ser feita pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial.

7.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou mediante cotejo das cópias com os originais pelo (a) pregoeiro (a) ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7.3. Não será aceito nenhum protocolo de entrega em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

7.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.5. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa.

7.6. Em todas as hipóteses referidas nos 7.1.1 e 7.1.2 deste edital, não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.7. Quando o documento e/ou certidões apresentadas não informarem a sua validade deverão estar datados dos últimos 90 (noventa) dias, exceto a Certidão de que trata o inciso V do subitem 7.1.2, deste Edital.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Pregão, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07 e alterações posteriores, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

8.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no **Anexo VII deste edital**.

9. DOS RECURSOS



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, podendo o interessado no prazo de 03 (três) dias úteis, apresentarem as razões do recurso, contados da lavratura da ata, nos casos de:

- a) julgamento das propostas; e
- b) habilitação ou inabilitação da licitante.

9.2. A apresentação das contras-razão dos demais licitantes ocorrerá no prazo de até 03 (três) dias úteis após o prazo do recorrente.

9.3. A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer.

9.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor Bancário Sul Quadra 02 Bloco "L" 5º andar/DF - sala de reuniões Ed. Lino Martins Pinto - SALA DE REUNIÕES – Brasília/DF.

9.6 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência do direito da licitante, podendo o (a) Pregoeiro (a) adjudicar os objetos à(s) vencedora(s).

9.7. Caberá ao (à) Pregoeiro (a) receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e à Chefe da Central de Compras a decisão final sobre os recursos contra atos do (a) Pregoeiro (a).

9.8. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Chefe da Central de Compras, procederá a adjudicação e homologação deste Pregão.

9.9. O recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10. DO CONTRATO

10.1. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/93, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei n.º 8.666/93 e alterações subsequentes e neste Edital.

10.2. Por ocasião da celebração do contrato, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia contratual prestada no ato da assinatura do respectivo instrumento e corresponderá a 2% (dois por cento) do valor do contrato, mediante uma das seguintes modalidades à escolha do contratado: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, tendo o seu valor atualizado nas condições contratualmente previstas.

10.3. O prazo para assinatura do contrato será de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da intimação do adjudicatário, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

10.4. **Farão parte integrante do contrato este Edital, seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.**

10.5. **O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.**

10.6. Incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do Distrito Federal.

10.7. O contrato poderá ser rescindido conforme o disposto no artigo 78 com os desdobramentos dos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93.

11 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

11.1. Contrato terá vigência conforme estabelecido no item 04 do projeto básico a partir da data de sua publicação, sendo seu extrato publicado no DODF, às expensas do Contratante, podendo ser prorrogado na forma da Lei;

11.2. A prorrogação do contrato será precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela licitante contratada continuam mais vantajosas para o Órgão Requisitante;

11.3. O contrato a ser firmado pode ser reajustado depois de transcorrido 01 (um) ano de sua vigência, em conformidade com a legislação pertinente.

11.4. O critério de reajuste, quando couber, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que reflitam a variação dos insumos utilizados, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela.

11.5. A variação de preços para efeito de reajuste anual será mediada pelo índice INPC apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo. Devendo a contratada para tanto, apresentar Planilha de Custos e Formação de Preços, com demonstração analítica.

12- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

12.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

12.3. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório;

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei 8.666/93 e Dec. 16.098/94, Art. 13, Inciso II e § 3º;

13.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

13.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

13.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

13.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado;

14 - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo Órgão Requisitante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

14.2. Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

- II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

15 - DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

15.1. Os serviços deverão ser executados no local indicado pelo contratante, devendo os mesmos serem concluídos e entregues nos prazos definidos pelos órgãos contratantes, de acordo com o preestabelecido no Anexo I (Projeto Básico).

16. DO PAGAMENTO

16.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I – Certidão Negativa de Débitos – CND, emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada (Lei n.º 8.212/91);
- II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

16.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

16.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC.

16.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

16.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e
- II – se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do material, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.6. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 17.733 de 02/10/96, alterado pelo Decreto n.º 18.126 de 27/03/97.

16.7. O objeto deste Pregão será irrevogável.

17. DA FISCALIZAÇÃO/ENTREGA

17.1. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços definidos neste edital e seus anexos, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

- a) sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

b) exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contrata que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

17.2. Se a licitante vencedora deixar de executar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidade imposta pela legislação vigente e deste edital.

17.3. O serviço deverá ser entregue conforme disposto no Anexo I (projeto básico) e:

a) Será recebido o serviço:

I – Provisoriamente – mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com o solicitado;

II – Definitivamente – mediante termo circunstanciado, após verificar que o serviço entregue possui todas as características, no que tange a quantidade e qualidade;

b) Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

c) O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada da responsabilidade civil pela solidez, segurança e funcionamento do objeto fornecido;

17.4. Se a licitante vencedora deixar de entregar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os itens não cotados e considerados desertos, bem como os fracassados a critério da Administração, poderão ser dispensados com base no artigo 24, inciso V, da lei 8.666/93, desde que atendidas as condições estabelecidas no referido artigo e seu inciso.

18.2. Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável pela emissão do mesmo, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

18.3. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens poderá o (a) Pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

18.4. A (s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a prestar os serviços descritos na Nota de Empenho, no local indicado na mesma, sem que isso implique em acréscimo nos preços constantes das propostas;

18.5. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

18.6. A Chefe da Central de Compras fica reservada o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (artigo 49 da Lei n.º 8.666/93).

18.7. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora não firmar o Termo de Contrato no prazo e condições ora estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, de conformidade com ato convocatório.

18.8. O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei n.º 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º, II).

18.9. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 8.666/93, art. 65, § 5º).



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

18.10. Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos, recursos ou impugnações via Fac-símile.

18.11. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Pregão, cabendo ao (à) Pregoeiro (a) decidir sobre a petição.

18.12. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º 10.520/2002, devendo fazê-lo até 02 (dois) dias úteis da data fixada para abertura da sessão pública.

18.13. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital, será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.14. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto o contrário no Edital, e só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Central de Compras.

18.15. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço mencionado no preâmbulo.

18.16. Eventuais divergências entre os termos do Edital e dos anexos prevalecem os termos do Edital.

Brasília, 07 de dezembro de 2007.

Lucimar Pinheiro de Deus
Pregoeira



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

A N E X O I

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PRECESSO Nº 410.006.707/2007

33.90.39 – GRUPO 95 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Abertura de Processo Licitatório

Edital de Pregão Presencial - SUBSECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - PP0122/07

Objetos do Edital			
Lote: 1			
Item	Quant.	Unid.	Especificação
1	1	serv.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, Descrição: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção do Sistema PDGI - Plano Diretor de Gestão da Informação.
Locais de Entrega			
Item 1: 1 serv. Entrega: SAIN - Projeção H - Ed. CODEPLAN, 2º andar, resp. Maria Cristina Carreira, Diretora da Agência de Tecnologia da Informação, fone: 3342.2267.			
Elementos de Despesa			
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA: 0410.006707/2007			

TERMO DE REFERÊNCIA

01. OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção do Sistema PDGI - Plano Diretor de Gestão da Informação.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

02. HISTÓRICO E MOTIVAÇÕES

O PDGI – Plano Diretor de Gestão da Informação é uma solução informatizada desenvolvida para viabilizar a elaboração e gestão dos planos diretores de informática dos diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, bem como o Plano Diretor Global de Tecnologia da Informação do Governo do Distrito Federal, visando à implantação de política para tratamento da informação.

O referido sistema foi a primeira iniciativa no sentido de implantar um processo dinâmico e interativo entre os órgãos de governo para estruturação de uma política integrada e otimizada, visando a utilização dos recursos de Tecnologia da Informação, como peça chave no processo de economicidade e qualidade, impactando positivamente na busca da excelência na prestação dos serviços à sociedade.

A continuidade da disponibilização deste sistema de apoio ao planejamento e gestão de TI, permitirá que a máquina pública dê um salto de qualidade quanto ao acompanhamento e controle da utilização dos recursos de TI, de modo especial no que tange à identificação de duplicidade de soluções, proporcionando a integração por parte dos diversos órgãos, disseminação e construção de aplicativos corporativos, nivelamento do uso de TI entre os órgãos, planejamento de melhorias, intercâmbio de informações, padronização e melhoria quando do uso dos recursos no governo.

O sistema PDGI traduz as expectativas dos diversos órgãos do GDF no que diz respeito ao uso da Tecnologia da Informação visando à melhoria da qualidade no atendimento ao cidadão. O principal produto final do sistema é uma visão global consolidada do planejamento estratégico para a área de TI, padronizado, que traduz a situação atual de cada órgão do GDF e apresenta as necessidades no que diz respeito ao uso de Tecnologia da Informação.

O PDGI foi disponibilizado, em sua primeira versão, em Nov/2005. Na oportunidade, foram realizados diversos treinamentos e palestras com os órgãos de Governo, tendo sido amplamente utilizado pelos diversos órgãos do GDF. Hoje todos os órgãos de governo têm suas informações registradas neste aplicativo, inclusive com acompanhamento das fases nas quais se encontram os diversos projetos de governo.

Esta solução, que já existe no GDF, e estava em produção até o final de 2006 foi inicialmente demandada pela Secretaria Executiva da Comissão de Coordenação das Atividades de Tratamento da Informação – CATI, e vem sendo utilizada essencialmente para o acompanhamento das atividades inerentes à Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal, haja vista as competências e responsabilidades atribuídas por meio do Decreto no 27.662, de 24 de janeiro de 2007.

A seguir, uma visão global da importância do Plano Diretor de Gestão da Informação - PDGI no processo de gestão da informação para o Governo do Distrito Federal, dentro do escopo da Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

2.1. DA AGENTI

Criada mediante Decreto nº. 27.662, de 24 de janeiro de 2007, a AGENTI - DF, Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal é o órgão responsável por:

Planejamento, supervisão e avaliação das ações e programas de modernização tecnológica dos órgãos do GDF;

Organização, implantação, coordenação, operacionalização, execução e gestão da política de Tecnologia da Informação do GDF;

Planejamento e acompanhamento da manutenção, operacionalização, controle e avaliação de instrumentos de Tecnologia da Informação do GDF; e

Avaliação dos produtos, serviços e soluções em Tecnologia da Informação para os órgãos do GDF.

A nova gestão do Estado do ponto de vista de tecnologia da informação e representada no Decreto 27.662/2007, têm como parâmetros na mesma linha do Plano de Governo a descentralização dos processos licitatórios, a integração e a modernização a serem regulamentadas e coordenadas por esta Agência de Tecnologia da Informação.

Para que o Governo do Distrito Federal possa realizar os resultados delineados dentro das diretrizes do Plano de Governo que apresenta como parâmetros - **descentralização, integração e modernização**, tem um grande aliado na tecnologia da informação por intermédio do aperfeiçoamento da gestão pública, dando continuidade ao atendimento de alto padrão de qualidade, eficiência e rapidez, facilitando o acesso do cidadão aos serviços públicos, simplificando as obrigações de natureza burocrática, bem como ampliando os canais de comunicação entre o Estado e o cidadão.

Dentre as competências institucionais da Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal – AGENTI, regida pelo Decreto nº. 27.662, de 24 de janeiro de 2007, estão as atividades de organização, implantação, acompanhamento, operacionalização, gestão, elaboração e execução do Plano Diretor de Gestão da Informação do Governo do Distrito Federal.

De forma geral, esta Agência busca dar continuidade à modelagem, simulação, fomento, execução, monitoramento e melhoria dos processos de negócio do Governo do Distrito Federal que contribuem para a tomada de decisão da Política de Tecnologia da Informação do Distrito Federal.

O que se pretende é a manutenção e a representação dos processos de negócio, a automatização e a continuidade da execução dos processos.

Dentre os benefícios esperados com a manutenção do planejamento na solução podemos citar:

1. Visibilidade e gerenciamento integral dos processos desta Agência;
2. Integração entre as áreas finalísticas, administrativas, e tecnológicas;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

3. Avaliar o impacto dos processos de tecnologia da informação desenhados após sua construção;
4. Padronizar a forma de trabalho dos profissionais alocados na Agência;
5. Criar os mecanismos para controlar e acompanhar todas as atividades do processo de manutenção e execução das soluções no âmbito dos órgãos do Governo do Distrito Federal;
6. Disponibilizar os indicadores e acompanhar os processos de gestão em tempo real;
7. Criar mecanismos para realização de melhorias constantes nos fluxos dos processos através da análise dos mesmos;
8. Reduzir os custos operacionais da Agência e dos órgãos de Estado, no sentido de que automatiza os controles;
9. Gerir processos mais consistentes e delineados; e
10. Ampliar a eficiência operacional da Agência com reflexos em toda a gestão do Estado.

A solução disponibiliza a infra-estrutura fundamental para que as ações de planejamento e gestão de TI sejam controladas de forma eficiente e eficaz, sendo essencial para dar continuidade ao ambiente tecnológico para a regulação das ações de tecnologia da informação no âmbito do Governo do Distrito Federal.

Objetivando visualizar a importância e abrangência do assunto, apresentamos o gráfico com análise estatística da elaboração do Plano Diretor de Gestão da Informação.



É importante ressaltar que todas as informações estão registradas no sistema PDGI, sendo urgente a retomada do fluxo de trabalho e de encaminhamento dos processos dos órgãos de Governo, via Sistema, sabendo que os insumos para o planejamento de 2007 / 2008 estão aí contemplados e que uma interrupção na carga e alimentação dos dados gera uma defasagem de informação, que dificilmente poderá ser recuperada.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

2.2. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

A criação da Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal mediante Decreto nº. 27.662, de 24 de janeiro de 2007 foi uma estratégia da nova gestão de governo com o objetivo de tomar medidas imediatas e urgentes no sentido de promover um acompanhamento e controle eficaz a respeito de assuntos correlatos à Tecnologia da Informação.

Este Órgão vem envidando esforços no sentido de cumprir com as atividades sob sua responsabilidade, e em virtude do crescimento da demanda tecnológica no GDF, a ausência de uma solução de gestão do nível do PDGI poderá comprometer suas atividades e rotinas operacionais, podendo-se citar:

Ausência de padronização tecnológica no âmbito do GDF, o que acarreta dificuldades de integração, capacitação de pessoal e manutenção do parque;

Impossibilidade de definir em detalhes as reais necessidades de informática dos Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do GDF;

Ausência de um mecanismo automatizado para o controle e acompanhamento dos projetos em andamento no âmbito do GDF;

Diminuição da eficiência, eficácia e economicidade das aquisições dos bens e serviços;

Ausência de informações necessárias para subsidiar seu planejamento estratégico em tecnologia da informação;

Ampliação da necessidade de recursos financeiros, materiais e humanos, comprometendo aos resultados para a instituição pública e para a sociedade.

É fato notório e conhecido que atividades tais como: planejamento, supervisão e avaliação das ações e programas de modernização tecnológica dos órgãos do GDF; organização, implantação, coordenação, operacionalização, execução e gestão da política de Tecnologia da Informação do GDF, bem como planejamento e acompanhamento da manutenção, operacionalização, controle e avaliação de instrumentos de Tecnologia da Informação do GDF não podem ser desempenhadas sem o auxílio de um instrumento eficaz, informatizado que produza informações confiáveis e tempestivas tanto em nível tático como estratégico.

A título de ilustração, de fevereiro até setembro de 2007, já foram elaboradas 218 notas técnicas sobre os mais variados aspectos de gestão de Tecnologia da Informação, Inovações e Comunicação, sem que as soluções estejam sendo acompanhadas em ambiente colaborativo e, principalmente, não gerando matrizes de desempenho, de relação custo benefício e de controle de qualidade.

A atribuição da Agência não se resume somente à regulação e definição de parâmetros de escalabilidade e conectividade, mas fundamentalmente do planejamento e posterior acompanhamento de suas implementações.

Manualmente é impossível.

Faz-se necessária a contratação urgente do serviço contemplado no objeto deste Projeto Básico definido pela: "Manutenção do Sistema Plano Diretor de Gestão da Informação - PDGI".



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

03. RESULTADOS ESPERADOS

Esta contratação busca alcançar os seguintes resultados:

- Disponibilizar o Sistema PDGI para todos os Órgãos do GDF, bem como realizar o seu planejamento e gestão com base nos atuais parâmetros de Governo;
- Garantir níveis satisfatórios de qualidade e disponibilidade do Sistema PDGI;
- Atender aos pedidos de correção do sistema;
- Realizar correções adaptativas referentes às mudanças na legislação governamental e aos planejamentos estratégicos e institucionais do Estado;
- Apoiar permanentemente os usuários no uso do sistema;
- Garantir a integridade e a confiabilidade dos dados do sistema.

04. FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. AMPARO LEGAL/ LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A aquisição pretendida será realizada após processo licitatório na modalidade de pregão, observado os dispositivos legais, notadamente os princípios regidos pela Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, do Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, com as alterações impostas pelo Decreto nº. 3.693, de 20/12/2000, pelo Decreto nº. 3784, de 06/04/2001, e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Como parte da habilitação e comprovação de aptidão técnica para o fornecimento, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

Uma (01) Declaração emitida pelo fabricante Microsoft, específica para este procedimento licitatório, onde comprove que a licitante é membro ativo de seu programa de parcerias, no nível *Certified Partner* ou *Gold Certified Partner*;

Uma (01) Declaração emitida pelo fabricante BEA Systems, específica para este procedimento licitatório, onde comprove que a licitante é membro ativo de seu programa de parcerias, no nível *Select Partner*;

Um (01) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência na execução de atividades de manutenção de sistemas utilizando tecnologia Microsoft ASP, Microsoft SQL Server, BEA Aqualogic Interaction, BEA Aqualogic Collaboration e BEA Aqualogic BPM Suite.

Comprovar ter conhecimento pleno das condições do ambiente técnico específico onde será mantida/operada o sistema PDGI, realizada por meio de apresentação de:

Um (01) Termo de Vistoria Técnica prévia, obtida em até 01 (um) dia útil antes da data de realização do certame, conforme modelo apresentado no Anexo II.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

4.3. PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS

Após a assinatura do contrato, a Contratante emitirá OSI – “Ordem de Serviço Inicial” – e a Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento desta OSI.

4.4. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá executar serviços nas suas instalações ou nas instalações da Contratante. O local de execução dos serviços será determinado em função das características destes e/ou das necessidades da Contratante.

Para os casos onde a prestação dos serviços ocorrerem nas dependências da Contratante, caberá a esta o fornecimento dos insumos tecnológicos necessários para a prestação dos serviços em questão. A Contratante se responsabilizará pelo fornecimento do ambiente de produção do sistema PDGI.

Para os casos onde a prestação dos serviços ocorrerem nas dependências da Contratada, caberá a esta o fornecimento dos insumos tecnológicos necessários para a prestação dos serviços em questão, incluindo hardware, software e link para comunicação com a Contratante.

4.5. CONTROLE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Não obstante os quantitativos de demandas de consumos previstos no item 5.6 deste Projeto Básico, todo e qualquer serviço somente será executado pela Contratada mediante Ordem de Serviço – OS, a qual conterá o detalhamento dos serviços a serem prestados durante determinado período.

A cada Ordem de Serviço – OS emitida pela Contratante, a Contratada deverá apresentar cronograma de atividades com quantidade estimada de Pontos de Função que serão utilizados na execução dos serviços demandados.

Todos os serviços previstos neste Projeto deverão ser executados por profissionais habilitados nas ferramentas de software pertinentes, não cabendo à Contratante qualquer responsabilidade técnica ou financeira pela capacitação dos técnicos da Contratada, a qualquer tempo. Em decorrência das constantes mudanças tecnológicas, a Contratada deverá ainda capacitar a sua equipe técnica para a execução dos serviços em novas ferramentas e linguagens de programação, software, hardware e sistemas operacionais que venham a ser implantados nas instalações da Contratante.

Todos os serviços prestados pela Contratada deverão ser necessariamente documentados, registrados e entregues à Contratante, em cópias impressas e gravadas em meio magnético, ou ótico, e sob a forma de Relatórios de Atividades.

O controle da execução dos serviços se dará em 03 (três) momentos, a saber: no início da execução – quando a OS é emitida pela Contratante, durante a execução – com o acompanhamento e a supervisão de responsáveis da Contratante, e ao término da execução – com o fornecimento de Relatórios de Atividades pela Contratada e atesto dos mesmos por responsáveis da Contratante.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

Durante toda a vigência do contrato, a Contratante poderá solicitar à Contratada relatórios dos serviços prestados, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da referida solicitação.

O Gerente de Contrato será responsável por consolidar toda a “Documentação do Projeto” e entregá-la em mídia impressa, encadernada (em duas vias), bem como em CD-ROM (em duas vias), quando da entrega do Relatório de Atividades. Esta documentação estará sujeita à revisão e aprovação dos representantes técnicos da Contratante.

A Contratada deverá manter rigorosa gerência de contrato tomando todas as medidas necessárias para controle e acompanhamento da execução do mesmo.

4.6. PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os produtos resultantes dos trabalhos da Contratada (Projetos, Sistemas, Programas Fontes, Objetos, Bases de Dados, Arquivos, Interfaces, Drivers, Documentos e outros correlatos) serão de propriedade exclusiva da Contratante.

4.7. PAGAMENTO

A Contratada deverá apresentar à Contratante, até o 5º dia útil de cada mês, as faturas relativas aos serviços prestados no mês anterior, juntamente com o Relatório Mensal de Atividades (Anexo III), para fins de conferência e pagamento. A Contratante efetuará o pagamento, em até 10 dias após o recebimento das faturas e Relatório Mensal de Atividades, desde que os mesmos estejam de acordo com os serviços prestados, conforme ateste a ser emitido pelo Executor do Contrato designado pela Contratante.

O pagamento ficará condicionado à Regularidade Fiscal da Contratada, comprovada através de Certidões, que deverão estar em plena vigência no ato de realização do mesmo.

05. DETALHAMENTO E ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1. CONCEITOS PRELIMINARES

Os serviços a serem prestados no âmbito deste Projeto Básico estão definidos como Manutenção de Sistema Informatizado, a partir de especificações estabelecidas pela Contratante, aplicando os procedimentos necessários à garantia da qualidade preconizados pela Contratante.

5.2. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Os serviços solicitados neste Projeto Básico compreendem a execução de atividades relacionadas ao recebimento, análise e execução de manutenções no sistema PDGI. Para tal, a Contratada deverá executar o gerenciamento de mudança conforme metodologia apresentada no item 5.1, de modo a cumprir o ciclo de análise e codificação das requisições de manutenção aprovadas.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

A Contratada receberá da Contratante os programas fonte, documentação, manuais e demais artefatos do sistema já desenvolvido. Será de responsabilidade da Contratada a atualização, sempre que necessária, de toda a documentação do sistema, de modo a refletir as manutenções oriundas das solicitações de mudança aprovadas.

Ainda neste serviço, a Contratada deverá atualizar os artefatos de documentação produzidos no projeto, de forma a mantê-los sempre atualizados, gerando as versões específicas para acompanhar os releases do sistema.

A Contratada deverá, ainda, efetuar as atividades de administração de dados e de banco de dados do sistema, de forma a garantir sua plena disponibilidade, integridade das bases de dados e atendimento aos requisitos de segurança e de desempenho definidos para o sistema.

O Sistema PDGI é utilizado por todos os órgãos do Governo do Distrito Federal, desta forma, é indispensável à disponibilização de um canal de comunicação com os Órgãos de Governo para atendimento e suporte aos usuários.

A mudança na estrutura governamental poderá acarretar em adequações importantes no aplicativo, gerando novas versões. Estas, ao serem disponibilizadas em ambiente de produção poderão originar dúvidas por parte dos usuários, bem como solicitações de mudança. Desta forma, é essencial que a Contratada mantenha uma equipe para registro e acompanhamento de incidentes, a fim de garantir a plenitude operacional e o funcionamento satisfatório dos módulos.

A cada nova versão deverá ser feito, junto ao usuário, um trabalho de acompanhamento quanto à operação do sistema, para que o mesmo esteja apto a utilizar o aplicativo.

Esta atividade se acentuará quando do cadastramento das informações para os Planos Diretores do próximo exercício. A Contratada deverá estar apta a prestar esta assistência de acordo com a necessidade da Agência e sob sua orientação.

Esta atividade contempla, também, serviços de capacitação técnica para todos os Órgãos do GDF e entidades da administração pública do Governo do Distrito Federal, objetivando a operação do Sistema PDGI, tendo em vista a reestruturação do GDF, com a entrada de novos servidores.

O detalhamento das manutenções e atendimentos realizados no sistema PDGI deve constar do relatório de atividades mensal, bem como entregues os artefatos de documentação, programas fonte e demais componentes produzidos no período de referência do relatório.

5.3. CRITÉRIO DE AFERIÇÃO DOS SERVIÇOS

Será utilizada a métrica de Ponto de Função como método-padrão para dimensionar o volume, custos e prazos dos serviços demandados pela Contratante.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

A contagem efetiva de Pontos de Função requisitada deverá adotar a metodologia descrita no Manual de Práticas e Contagens versão 4.2, (Counting Practices Manual Release 4.2), publicado pelo IFPUG (International Function Point Users Group), conforme orientação desta Agência.

A Agência de Tecnologia da Informação pagará à Contratada somente os serviços efetivamente realizados e apurados a cada mês, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores a título de franquia ou de garantia de execução de valores mínimos.

A Licitante deverá contemplar no valor do Ponto de Função todas as despesas que direta ou indiretamente fazem parte da prestação dos serviços descritos neste Projeto Básico.

Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá estar preparada para cumprir os prazos estabelecidos, mesmo caso seja necessário fornecer, mensalmente, maior número de pontos de função para execução do serviço, até um limite de 25% de pontos de função além da estimativa. Por outro lado, caso não seja utilizado o total estimado de pontos de função para a conclusão do serviço, esta Agência efetuará o pagamento apenas dos pontos de função efetivamente fornecidos pela Contratada, sem se obrigar a efetuar qualquer pagamento a título de faturamento mínimo.

Para os serviços que não cabíveis de mensuração pela metodologia descrita no Manual de Práticas e Contagens versão 4.2, publicado pelo IFPUG, a licitante irá realizar a conversão das horas de serviço técnico para pontos de função utilizando a média de produtividade de horas necessárias de esforço para a produção de um ponto de função de 08 h/pf (oito horas de esforço para a produção de um ponto de função).

5.4. METODOLOGIA

Durante a execução do objeto deste Projeto Básico serão executadas as atividades descritas nas disciplinas de Gerenciamento de Configuração e Mudanças e Gerenciamento de Projeto da Metodologia de Desenvolvimento de Software (MDS) da Contratante, ambas restritas às solicitações de manutenção ao sistema PDGI.

A critério da Contratante poderá ser adotada a metodologia de desenvolvimento de software em uso pela Contratada, que deverá ser baseada no UP (Unified Process), desde que contemple as disciplinas supracitadas.

Caso seja adotada a metodologia da Contratada, a mesma deverá transferir todos os conhecimentos da referida metodologia para o corpo técnico da Contratante.

Segue o detalhamento do fluxo que será adotado para a disciplina de Gerenciamento de Configuração e Mudanças.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

5.4.1. DISCIPLINA DE GERENCIAMENTO DE CONFIGURAÇÃO E MUDANÇAS

A primeira etapa da metodologia de gerenciamento de mudança é o planejamento do controle de mudanças, de forma a estabelecer políticas e processos para controlar as mudanças feitas no produto e documentar essas informações no Plano de Gerenciamento de Mudança.

As políticas de gerenciamento de mudança referem-se à capacidade de identificar, proteger e reportar os artefatos que foram aprovados para uso em um projeto. A identificação é feita por meio de práticas de identificação apropriadas. Artefatos de projeto são garantias obtidas através das práticas de arquivamento, definição de linhas de base e geração de relatórios.

A finalidade de ter processos de gerenciamento de mudanças documentados é assegurar que as mudanças feitas em um projeto sejam consistentes e que os envolvidos adequados sejam informados do estado do produto, das mudanças feitas nele e do impacto de custo e programação gerado por essas mudanças.

O plano de gerenciamento de mudança descreve todas as atividades relacionadas ao assunto a serem realizadas no decorrer do ciclo de vida do produto/projeto. Ele documenta como as atividades de gerenciamento de mudanças relacionadas ao produto devem ser planejadas, implementadas, controladas e organizadas.

A segunda etapa da metodologia é criação do ambiente para o gerenciamento de mudança do projeto. A finalidade desta etapa é estabelecer um ambiente mediante a criação e manutenção de repositórios de dados, nos quais o produto poderá ser desenvolvido, compilado e disponibilizado para manutenção e reutilização. Para tanto, os artefatos essenciais devem estar disponíveis para os desenvolvedores e integradores nos diversos espaços de trabalho particulares e públicos e verifique se a linha de base desses artefatos foi criada e se eles foram armazenados adequadamente para futura reutilização.

A configuração do ambiente de gerenciamento de mudança envolve a criação da estrutura de diretórios do produto, repositórios, espaços de trabalho (do desenvolvedor e de integração) e a alocação de recursos de máquinas (servidores e espaço em disco).

Essas duas primeiras etapas do fluxo de trabalho são executadas no início do projeto. As etapas descritas a seguir são executadas de modo contínuo no decorrer do ciclo de vida do projeto.

Uma vez preparado o ambiente de gerenciamento de mudança, qualquer envolvido no projeto pode enviar uma Solicitação de Manutenção/ Atendimento (Anexo IV). A solicitação é registrada e colocada na Fila de Revisão do gerente do projeto.

O gerente do projeto verifica se a solicitação está no escopo contratado. Caso não esteja, a solicitação é adiada até que o contexto apresentado esteja contemplado nas atividades a serem executadas.

Além dessa verificação, o gerente do projeto verifica se a solicitação possui as informações obrigatórias definidas no plano de gerenciamento de configuração. Caso não esteja, o gerente do projeto pode requisitar a



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

complementação de informações ao emitente da requisição. Se o problema encontrado com a solicitação for sanado, esta volta ao fluxo para nova verificação e encaminhamento.

A última verificação feita pelo gerente do projeto é se existe duplicação de solicitações de mudança. Caso seja localizada uma requisição similar, o gerente do projeto confirma a necessidade de inclusão de um novo pedido para o mesmo assunto. Caso não seja necessário, o gerente do projeto arquiva a solicitação de mudança e finaliza o processo. Caso contrário, a solicitação segue o fluxo normal do processo.

Uma vez verificado os requisitos de admissibilidade de acordo com prioridade, programação, recursos, nível de esforço, risco, gravidade e demais critérios relevantes definidos no plano de gerenciamento de mudança, a solicitação é aprovada e o gerente do projeto programa a execução das atividades e atribui tarefas ao responsável pela execução da mudança.

O responsável pela execução da mudança realiza as atividades necessárias para atendimento do pleito aprovado e encaminha ao responsável pela execução de testes para avaliação de atendimento do pedido. Este fluxo é repetido até que o responsável pelo teste aprove o trabalho realizado para cumprimento da solicitação de mudança.

Depois de concluída e aprovada a execução das atividades, o gerente do projeto gera a nova versão do produto, produz a nota de versão e encaminha a modificação desenvolvida para a publicação em ambiente de produção e fecha a solicitação de mudança.

5.5. TECNOLOGIA

O sistema web do PDGI foi concebido utilizando a arquitetura orientada a serviços, utilizando componentes especialistas para o acesso e atualização de informações em banco de dados MS SQL Server 2000.

As regras de negócio estão desenvolvidas em classes de negócio (DCOM/DLL), disponibilizadas no catálogo de serviços da solução. Tais componentes de regra de negócio e acesso aos dados são consumidos pela aplicação em sua camada de apresentação WEB.

Os relatórios emitidos pelo sistema foram construídos com o software Crystal Reports e são utilizados por meio da instalação de um plugin específico para o navegador utilizado pelo cliente.

O sistema encontra-se em produção na solução de portal WEB BEA Aqualogic Interaction, responsável por todo o controle de segurança e infra-estrutura de exibição do conteúdo publicado/serviços desenvolvidos.

De forma integrada, a aplicação utiliza recursos de modelagem, desenvolvimento e publicação de processos de negócio na plataforma BEA Aqualogic BPM Suite, consumindo-os na sua camada de apresentação do portal WEB.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

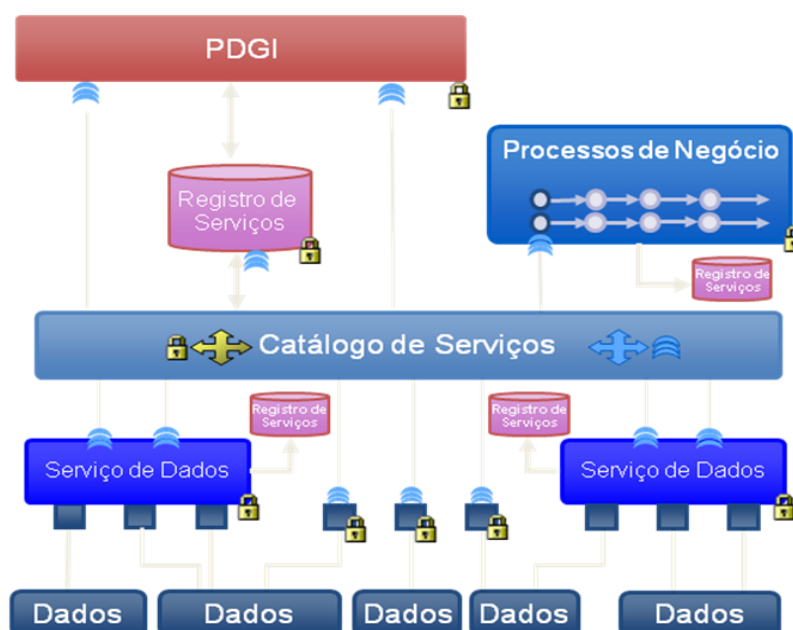
EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

Por fim, o projeto e as atividades são acompanhados utilizando o componente de colaboração BEA Aqualogic Collaboration, consumidos na camada de apresentação do portal WEB em referência.

A renovação das licenças de software dos produtos utilizados para a produção do sistema PDGI, a saber, Microsoft Windows Server 2003, Microsoft SQL Server, Microsoft Exchange Server, BEA Aqualogic Interaction, BEA Aqualogic Collaboration e BEA Aqualogic BPM Suite, estão sendo contratadas em processos independentes, visando à regularização do uso dos referidos softwares por parte desta Agência.

De forma geral, a arquitetura da solução está representada na figura abaixo:



5.6. DIMENSIONAMENTO DOS SERVIÇOS

O dimensionamento do volume de serviço é uma estimativa que considera o atendimento das necessidades da Contratante quanto ao objeto licitado. Para a prestação dos serviços de manutenção do sistema PDGI, estima-se consumir, no período de 12 (doze) meses, o total de 9.600 (nove mil e seiscentos) pontos de função, considerando o volume médio mensal de 800 (oitocentos) pontos de função.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

5.7. SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA

O sistema PDGI encontra-se em produção desde novembro de 2005 no ambiente do GDF, mas não está sendo utilizado pelos órgãos de governo devido a divergência existente entre o modelo do sistema e o atual modelo governamental, que sofreu significativas modificações a partir de janeiro de 2007.

Desta forma, urge a realização de manutenções corretivas e adaptativas, não somente em virtude da reestruturação governamental supracitada, bem como em face das solicitações de alterações sugeridas pelos órgãos de governo.

A seguir uma descrição detalhada da versão que se encontra em produção. Vale ressaltar que a mesma não reflete o fluxo de processos decorrentes do novo organograma do GDF.

Tela de Abertura:

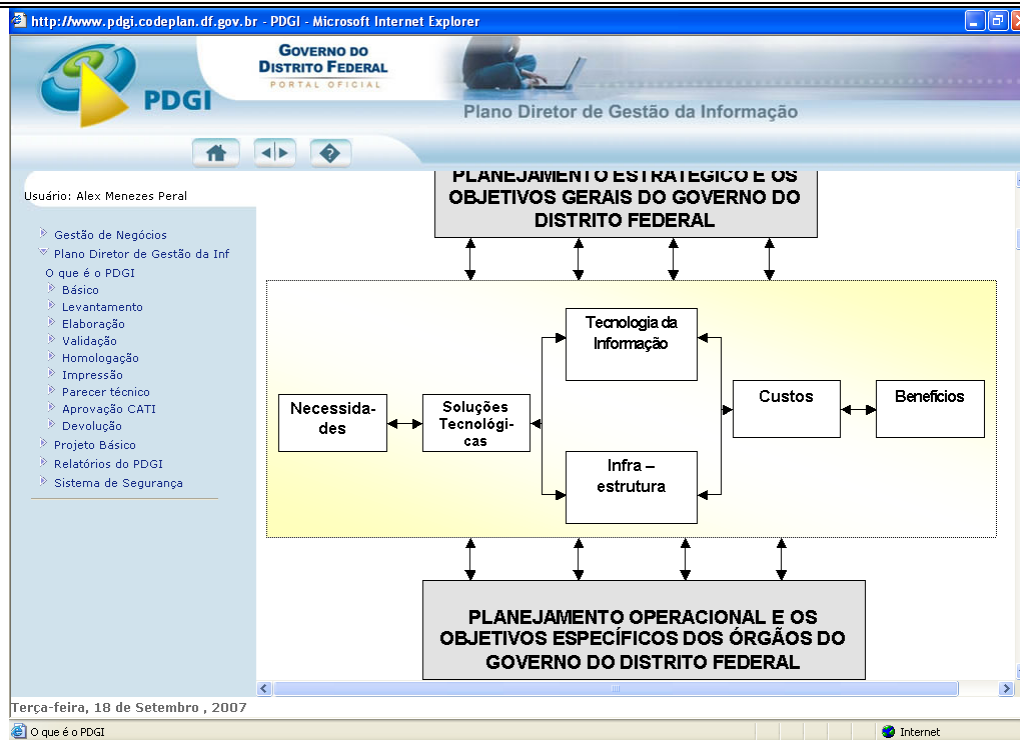




DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG



Módulos existentes:

- Módulo Básico;
- Módulo de Levantamento;
- Módulo de Elaboração;
- Módulo de Validação;
- Módulo de Homologação;
- Módulo de Impressão;
- Módulo de Gestão;
- Módulo de Projeto Básico; e
- Módulo de Segurança.

5.7.1. Módulo Básico

Este Módulo é responsável pelo cadastramento das informações básicas do PDGI que serão utilizadas por todos os demais módulos, e contempla:

- Cadastro de Órgãos;
- Cadastro de Usuários;
- Cadastro de Domínios; e
- Cadastro de Itens de Relatórios.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

5.7.2. Módulo de Levantamento

Este módulo é de suma importância para o GDF, uma vez que os órgãos de governo estão providenciando a expansão de seus parques de informática, ao mesmo tempo em que estão dando continuidade aos projetos técnicos que contemplam a contratação de novos serviços.

Neste cenário, o Módulo de Levantamento do Sistema PDGI tem um papel estratégico, uma vez que pode ser usado por toda a máquina pública para inventário de TI.

Vale ressaltar que para a AGENTI este é um instrumento eficaz e indispensável, não só para acompanhamento e controle, mas para planejamento e gestão.

Este Módulo, além de permitir ao usuário realizar o Inventário de seu parque tecnológico, também permite ao mesmo dar início ao seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação, uma vez que oferece Telas com informações estratégicas para o início do Planejamento.

Estas Telas são compostas por informações fixas e informações variáveis. As primeiras contêm dados comuns a todos os órgãos e são necessárias para que os Planos Diretores de Tecnologia da Informação sejam padronizados e demais são preenchidas pelos usuários de acordo com a realidade de cada unidade governamental.

O Módulo de Levantamento tem como principais funcionalidades:

- Telas contendo as informações iniciais do PDGI;
- Cadastro das informações básicas do Órgão
- Cadastro dos Aplicativos Institucionais;
- Cadastro dos Softwares utilizados;
- Cadastro de Impressoras;
- Cadastro de Microcomputadores;
- Cadastro de Equipamentos Servidores;
- Cadastro de Rede; e
- Registro da Situação Atual de TI no Órgão.

Além de permitir o levantamento do parque de TI, o sistema permite ao usuário registrar uma análise do resultado do trabalho de inventário, onde o mesmo pode informar a situação atual.

5.7.3. Módulo de Elaboração

Este Módulo contém todas as informações para a confecção do PDGI. É neste Módulo que os órgãos de Governo cadastram as suas principais necessidades, traduzidas em Projetos Necessários, com informações tais como:



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

Nome do Projeto
Descrição
Introdução
Objetivo
Abrangência
Data prevista para início
Data prevista para Término
Benefícios esperados
Situação atual;
Entre outras.

Além disso, são associadas aos Projetos ações, classificadas em categorias, tais como:

Aplicativos;
Software;
Hardware;
Call Center;
Rede;
Segurança da Informação;
Gerenciamento de projetos;
Capacitação; e
Outras.

O Módulo permite também que o usuário registre as considerações finais sobre todo o Plano Diretor, isto é, uma visão global da situação atual do uso de TI no órgão, desafios existentes e projetos previstos.

Neste sistema, o usuário tem a oportunidade de registrar o resultado de todo o trabalho de levantamento, necessidades, oportunidades e novos projetos.

5.7.4 Módulo de Validação

Após a elaboração do Plano Diretor, o Órgão faz a Validação do mesmo mediante assinatura eletrônica da autoridade competente. A partir de então, o documento não mais poderá ser alterado, caso seja necessário será criado um DA – Documento de Alteração. Que percorrerá o fluxo normal de aprovação de um PDGI.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

5.7.5. Módulo de Homologação

Após a Validação pelo Órgão, via Sistema, é emitido um Certificado de Homologação do PDGI. Este Certificado será acrescentado ao Documento PDGI original. Somente após a emissão deste, é feita a impressão para autuação.

5.7.6. Módulo de Impressão

Este Módulo é executado após a Homologação, é neste Módulo que o Órgão imprime o documento final do PDGI. Após a Impressão, o Processo deverá ser autuado e encaminhado para aprovação.

5.7.7. Módulo de Gestão

Este Módulo é extremamente estratégico, uma vez que fornece uma ampla visão dos órgãos do GDF com relação aos processos e projetos que envolvem tecnologia da informação, permitindo a alta gestão de governo ter acesso a informações consolidadas e tempestivas para apoio à decisão.

O Módulo de Gestão permeia todos os demais Módulos e possui um valor agregado de grande significância para a Agência, pois oferece a mesma os insumos necessários para a análise, mediante métricas, da eficiência e qualidade dos processos modelados, garantindo os subsídios para a execução das atividades sob sua competência.

Este Módulo possui as seguintes funcionalidades:

- Busca por Palavras Chave;
- Emissão de relatórios gerenciais;
- Emissão de gráficos estatísticos;
- Controle por indicadores de desempenho;
- Acompanhamento e controle de projetos;
- Controle de regras de processos de forma visual e automatizada;
- Acompanhamento e controle de processos;
- Simulação e publicação de processos;
- Emissão de alertas;
- Controle de prazos;
- Envio e recebimento de e-mails; e
- Integração com sistemas corporativos do GDF.

As estatísticas gerenciais permitem ao Governo visualizar as necessidades dos órgãos, por área:

- Social;
- Econômica;



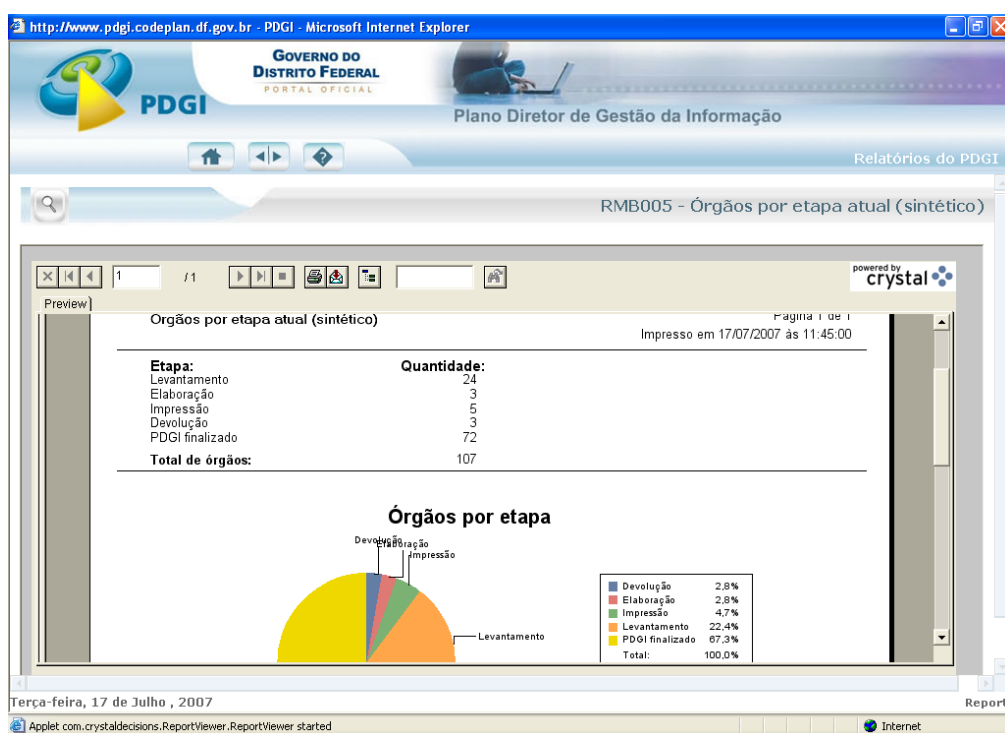
DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

Governo;
Cidadão;
Tecnológica; e
Outras.

Relatórios Gerenciais:



5.7.8. Módulo de Projeto Básico

Este Módulo permite a elaboração dos Projetos Básicos, constantes do PDGI, de forma a facilitar aos órgãos setoriais não somente na construção de seus Projetos Básicos, como também o acompanhamento e controle do andamento dos Projetos, como da sua execução, permitindo também a gestão por parte de AGEMTI dos projetos de tecnologia da informação em andamento no GDF.

Este Módulo possui as seguintes funcionalidades:

Cadastramento do Projeto;
Alteração do Projeto;
Exclusão do Projeto;
Situação (em que etapa se encontra o Projeto); e



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

Localização (em que Órgão ou Setor está o Projeto).

Neste Módulo são controladas informações tais como:

Nome do Projeto;
Número do Processo do PDGI ao qual está vinculado o Projeto;
Número do Processo do Projeto Básico;
Descrição;
Objetivo;
Data de Início;
Data de Término;
Benefícios;
Gestor;
Etapas;
Principais ações;
Situação atual; e
Pendências.

5.7.9. Módulo Segurança

O sistema PDGI possui um Módulo responsável por prover a segurança de acesso ao aplicativo. É o Módulo responsável pela autenticação do usuário e autorização de acesso às funcionalidades do sistema conforme o respectivo perfil.

A definição dos perfis de usuários e seus respectivos acessos às funcionalidades do sistema podem ser feitos pelo gestor do sistema. Uma vez definidos os perfis, os usuários são associados aos seus respectivos perfis e a partir daí poderão utilizar o sistema mediante sua autenticação.

Este Módulo contempla as seguintes funcionalidades:

Cadastro de Usuários;
Cadastro de Grupos;
Cadastro de Sistemas;
Alteração de Idioma;
Alteração de Senha;
Associação de Privilégios de Grupo; e
Rótulos dos Sistemas.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

5.8. SERVIÇOS TÉCNICOS ENVOLVIDOS

Neste item são especificados os serviços técnicos a serem executados para que seja atingido o objeto deste Projeto Básico.

5.8.1. Serviço de Coordenação de Projeto

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de conhecimento destinadas à monitoração e controle de projetos de sistemas, com utilização de metodologias, ferramentas e artefatos próprios da metodologia empregada, e sua execução através de projetos físicos, com elevada complexidade.

5.8.2. Serviço de Análise de Sistemas

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de conhecimento que tem por finalidade atender as necessidades do usuário, seus problemas, suas dificuldades, através da análise, projeto e arquitetura de sistemas de informação.

5.8.3. Serviço de Análise de Processo

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de conhecimento destinadas ao entendimento comum sobre quais são as fronteiras da organização que estão sendo descritas e determinar quais processos devem ser detalhados. A finalidade deste trabalho é: determinar a terminologia da organização, esboçar o modelo de casos de uso de negócios e priorizar os casos de uso de negócios a serem descritos em detalhes.

5.8.4. Serviço de Administração de Banco de Dados

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de informática, destinadas à especificação, construção e suporte aos bancos de dados, especificação das regras de segurança das bases de dados, mediante o uso de ferramentas específicas.

5.8.5. Serviço de Administração de Dados

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de informática, destinadas à especificação, construção e suporte ao uso de bancos de dados, especificação das regras de utilização das bases de dados, definição das normas de codificação dos elementos, elaboração e acompanhamento dos projetos de migração de SGBD's, definição dos dicionários de dados, Datawarehouse e bases de conhecimento, mediante o uso de ferramentas específicas.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

5.8.6. Serviço de Documentação de Sistemas

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de conhecimento que contempla a construção de manuais de usuário e de sistema, além do material didático necessário para a execução do treinamento dos usuários do sistema desenvolvido.

5.8.7. Serviço de Programação de Sistemas

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de informática, destinadas à interpretação de projetos lógicos de sistemas e a implementação de projetos físicos mediante o uso de linguagens de programação e ferramentas de estruturação de bases de dados, com elevada complexidade.

5.8.8. Serviço de Design de Interfaces

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de conhecimento destinadas à concepção, elaboração e manutenção de interfaces de interação do usuário com sistemas de informação, com utilização de metodologias, ferramentas e artefatos próprios da metodologia empregada, respeitando os princípios elementares da ergonomia de software.

5.8.9. Serviço de Supervisão de Suporte Técnico

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de conhecimento destinadas à monitoração e controle das atividades de suporte técnico, com utilização de metodologias, ferramentas e artefatos próprios da metodologia empregada.

5.8.10. Serviço de Análise de Suporte

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de conhecimento que contempla a definição de regras, padrões e processos para atividades de suporte técnico especializado.

5.8.11. Serviço de Suporte Técnico

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades desta área de conhecimento que contempla a instalação e configuração de software e hardware.

5.8.12. Serviço de Capacitação de Servidores

Define-se neste tipo de serviço, o conjunto de atividades necessárias para a capacitação dos servidores que utilizarão o sistema PDGI, no pleno uso das funcionalidades do aplicativo, sendo estimado em até 05 (cinco) participantes por Órgão do GDF. Caberá a Contratante o fornecimento do ambiente adequado para a realização



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

da capacitação dos servidores. O material a ser utilizado durante as atividades de capacitação de servidores deverá ser fornecido pela Contratada, em meio eletrônico.

5.9. CONFIDENCIALIDADE

A Contratada obriga-se a tratar como "segredos comerciais e confidenciais", quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos e outros relativos aos serviços ora contratados, utilizando-os apenas para as finalidades previstas neste documento, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros.

06. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem-se obrigações da Contratada:

- Atender a todas as condições descritas neste Projeto Básico e respectivo Contrato;
- Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato;
- Cumprir fielmente o Contrato de modo que o serviço se realize com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- Cumprir rigorosamente as normas e regulamentos pertinentes aos serviços objeto deste Projeto Básico;
- Emitir, sempre que solicitado pela Contratante, relatórios gerenciais e/ou técnicos referentes aos serviços produzidos;
- Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;
- Utilizar somente profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência;
- Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- Responsabilizar-se pela prestação dos serviços contratados objeto deste Projeto Básico, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante;
- Responsabilizar-se perante a Administração pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou os seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação da Administração, sob pena de qualquer importância que tenha direito a receber;
- Providenciar a substituição imediata dos profissionais utilizados na prestação dos serviços que



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

não possuam a qualificação mínima exigida e/ou por solicitação da Contratante, devidamente justificada;

Não ceder a outrem os serviços contratados, no todo ou em parte;

Manter sigilo absoluto sobre todos os dados, informações e documentos provenientes dos serviços realizados e também sobre as demais informações internas dos órgãos a que a Contratada tiver conhecimento;

Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da Contratante;

Apresentar os Relatórios de Serviço e de Atividades conforme modelos apresentados em anexo a este Projeto Básico.

Cumprir rigorosamente todas as programações e atividades que venham a ser estabelecidas nas Solicitações de Manutenção /Atendimento – SMA.

07. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem-se obrigações da Contratante:

Proporcionar todas as facilidades para a Contratada desempenhar o fornecimento do objeto do presente Projeto Básico, permitindo o acesso dos profissionais da Contratada às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas de segurança da Contratante, inclusive àquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;

Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos serviços;

Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto do presente Projeto Básico, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

Promover auditoria técnica e operacional do ambiente e recursos utilizados pela mesma, por meio de pessoal próprio ou equipe de terceiros;

Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

Homologar os serviços prestados quando os mesmos estiverem de acordo com o especificado neste Projeto Básico;

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico.

08. DO VALOR ESTIMADO

O valor mensal estimado para a contratação é de **R\$ xxxx**.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

09. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

O referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

09. VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os profissionais e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com a Contratante, correndo por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, infortunistica do trabalho, fiscal, comercial e outras correlatas, as quais a Contratada se obriga a saldar na época devida.

A Contratada deverá manter vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços com todos os profissionais que executarão as atividades descritas neste Projeto Básico, de forma a garantir que estes atendam devidamente aos requisitos do mesmo.

10. FISCALIZAÇÃO

A Contratada deverá indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do Contrato. Os serviços serão fiscalizados pela Contratante, a qual fará as comunicações necessárias por intermédio do preposto designado pela Contratada.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

11. MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA

Local, de de 2007.

À

Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal

Ref.: Pregão nº. XX/XXXX

Prezados senhores,

Apresentamos, em uma via, nossa proposta para prestação dos serviços de manutenção do Sistema PDGI - Plano Diretor de Gestão da Informação, em uso pela Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal, conforme descrição constante das Especificações Técnicas deste Edital e seus anexos.

O preço total para prestação dos serviços de manutenção do sistema PDGI - Plano Diretor de Gestão da Informação é de R\$(.....), tendo por base o valor mensal de R\$(.....), detalhado nas tabelas a seguir:

Manutenção, operação e sustentação da solução informatizada PDGI				
Item	Quantidade Mensal Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)*
Ponto de Função	800			

*** Valor Total Anual (R\$) = Valor Total Mensal (R\$) * 12**

O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias.

Declaramos que no preço contratado estão incluídos todos os impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto desta licitação.

Juntamos a presente proposta, os seguintes documentos:

Uma (01) Declaração, específica para este Pregão, emitida pelo fabricante Microsoft, que comprova que a empresa é membro ativo de seu programa de parcerias, no nível

Uma (01) Declaração, específica para este Pregão, emitida pelo fabricante BEA Systems, que



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

comprova que a empresa é membro ativo de seu programa de parcerias, no nível

Um (01) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência na execução de atividades de manutenção de sistemas utilizando tecnologia Microsoft ASP, Microsoft SQL Server, BEA Aqualogic Interaction, BEA Aqualogic Collaboration e BEA Aqualogic BPM Suite.

Um (01) Termo de Vistoria Técnica prévia, obtido em até 02 (dois) dias úteis antes da data de realização do certame.

Declaramos que a proposta está sendo apresentada em conformidade com as especificações do edital e seus anexos.

Informações complementares:

- a) razão social da empresa;
- b) CNPJ/MF;
- c) endereço completo (inclusive CEP);
- d) telefone/fax/e-mail;
- e) número da conta corrente;
- f) Banco/Praça;
- g) agência (código e nome).

(Carimbo e assinatura)

OBSERVAÇÕES:

1. A proposta deve ser assinada e rubricada em todas as suas folhas pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.

2. Este modelo - **DE USO NÃO OBRIGATÓRIO** - tem por objetivo facilitar o trabalho das empresas interessadas, admitindo-se adaptações e acréscimos que melhor se ajustem à proposta a ser formulada. No entanto, se a empresa optar por outro modelo deverá observar no mínimo o conteúdo constante do item 4.2. deste Projeto Básico, bem como as instruções do Edital e demais anexos.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

12. MODELO DE TERMO DE VISTORIA

TERMO DE VISTORIA

Em atendimento a provisão legal no Art. 30, III da lei 8.666/93, a Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal, com sede na SAIN – Projeção H – Ed. CODEPLAN – 2º andar – Brasília/DF, DECLARA que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, localizada no endereço _____, realizou visita para fins de vistoria técnica, tendo estado na presença de responsável técnico da Agência de Tecnologia da Informação do Distrito Federal, tomando ciência de toda e qualquer particularidade técnica do ambiente computacional onde se pretende prestar o serviço do objeto proposto no edital de pregão n.º xxx/xxxx, devendo atentar para tais características observadas, refletindo as mesmas na adequação e funcionalidades contidas na proposta que vier a ser apresentada para o referido certame.

Brasília, de de 2007.

(Assinatura)

(Nome Resp. Técnico AGEMTI – matrícula - cargo)

(Assinatura e ciência)

(Nome e qualificação do representante da empresa que compareceu à vistoria)



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

13. MODELO DE RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

PROJETO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA PDGI

NÚMERO DO CONTRATO	NÚMERO DA OS
NÚMERO DA NOTA FISCAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA

GERENTE DO PROJETO		
Nome	Telefone	E-mail

ATIVIDADES PREVISTAS PARA O PERÍODO	
Quantidade Prevista de PF	

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERÍODO	
Quantidade Utilizada de PF	



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

ATIVIDADES PREVISTAS NO PERÍODO E NÃO REALIZADAS

Quantidade Estimada de PF

Justificativa da Não Realização da Totalidade das Atividades Previstas no Período

ASSINATURA DO GERENTE DO PROJETO

LOCAL / DATA



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

14. MODELO DE SOLICITAÇÃO DE MANUTENÇÃO/ATENDIMENTO

FORMULÁRIO DE ORDEM DE SERVIÇO	
PROJETO	Nº SOLICIT. ____ / 07
UNIDADE SOLICITANTE	DATA SOLICIT. ____ / ____ / ____
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA 	
SOLUÇÃO PROPOSTA 	
PRAZO PREVISTO (DIAS ÚTEIS)	
PRIORIDADE	(<input type="checkbox"/>) Alta (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Baixa
ATIVIDADE REALIZADA 	
PONTOS DE FUNÇÃO REALIZADOS	
PRAZO REALIZADO (DIAS ÚTEIS)	
RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO	DATA DA HOMOLOGAÇÃO
_____	____ / ____ / ____



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

A N E X O II

(MINUTA DE CONTRATO)

Contrato de Prestação de Serviços nº ____/____ - ____, nos termos do Padrão nº 04/2002.
Processo nº _____.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio de _____, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CGC nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (fls. _____), da Proposta de fls. _____ e da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de _____, consoante especifica o Edital de _____ nº _____ (fls. _____) e a Proposta de fls. _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma _____, sob o regime de _____, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária:

II – Programa de Trabalho:

III – Natureza da Despesa:

IV – Fonte de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Na ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar à Contratante prova de regularidade relativa à seguridade social, expedida pelo INSS, prova de regularidade concernente ao FGTS, expedida pela CEF, além da apresentação de prova de regularidade fiscal para com a fazenda do Distrito Federal.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

O contrato terá vigência de _____ meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Cláusula Nona – Das garantias

A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma de _____, conforme previsão constante do Edital.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

1. Comunicar prontamente a Contratada toda a qualquer anormalidade verificada nos serviços e/ou nos fornecimentos executados.

2. Designar servidor, como Executor para o contrato ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

3. Efetuar os pagamentos de acordo com as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

13.1. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Pregão, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, págs. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e 10.520/2002.

13.1.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no **Anexo VII deste edital**.

Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, ____ de _____ de 20__

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

A N E X O III

MODELO “A”: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

A N E X O IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, sediada _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, sob as penas da Lei, que não se encontra em processo de Falência ou Concordata, e que até a presente data não existem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e data)

(Representante legal)



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

A N E X O V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Ref.: PREGÃO N.º ____/2004 – CPL/SuCL/SEFP

A empresa _____, inscrita no CNPJ
nº _____, sediada _____ em
_____ por intermédio de seu
representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF nº _____, DECLARA,
que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação, bem como apresenta sua proposta com
indicação do objeto e do preço oferecido os quais atendem plenamente ao edital.

Brasília, ____ de _____ de 2004

(Representante legal)



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

A N E X O VI

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da licitante)

Ao

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ref. PREGÃO N.º ____/200__

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. Sas., nossa proposta para a execução de serviços de _____.

Conforme especificações constante do Projeto Básico (Anexo I), oferecemos o percentual de desconto de(.....) para o período de ____ (____) meses.

O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da licitação.

Declaração que os preços oferecidos englobam a prestação de serviços, disponibilização dos equipamentos, mão-de-obra, salários e todos os encargos trabalhistas, bem como todos os tributos e encargos, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;

Propomo-nos a iniciar os serviços até 05 (cinco) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato;

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

EMPRESA			
RAZAO SOCIAL		CMPJ	
ENDEREÇO		TEL/FAX	
CEP		CIDADE	UF
BANCO		AGÊNCIA	N.º C;C
REPRESENTAÇÃO LEGAL			



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

NOME		
ENDEREÇO		
CEP	CIDADE	UF
CPF/MF		CARGO/FUNÇÃO
CART. IDENT		EXPEDIDO POR

Local e Data

nome e assinatura do responsável legal



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS

CENTRAL DE COMPRAS
EDITAL DE LICITAÇÃO **PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG**

ANEXO VII
DAS PENALIDADES

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Publicação DODF 103, de 31/05/06 – Págs. 5 a 7.

Decreto nº 26.993, de 12/07/2006 – DODF de 13/07/06.(1ª Alteração)

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente decreto.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente Decreto.”;

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

**SEÇÃO II
DAS ESPÉCIES DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Art. 2º As licitantes que não cumprirem integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para o licitante e/ou contratado através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e o licitante e/ou contratado será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para os licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**SUBSEÇÃO I
DA ADVERTÊNCIA**

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratado descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO III DO ART. 3º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**SUBSEÇÃO II
DA MULTA**

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso:.

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas ao contratado;

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Sempre que a multa ultrapassar os créditos do contratado e/ou garantias, o seu valor será atualizado, a partir da data da aplicação da penalidade, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º PELO DECRETO
Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

**SUBSEÇÃO III
DA SUSPENSÃO**

Art. 5º A suspensão é a sanção que suspende temporariamente a participação de contratado em licitações e o impede de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

do adjudicado e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, com a suspensão inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, ou pregão para inclusão no Sistema de Registro de Preços, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 5º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento; a reabilitação de dará com o pagamento.

**NOVA REDAÇÃO DADA À ALINEA “C” DO INCISO IV DO
ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF
DE 13/07/06.**



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO ART. 5º
PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE
13/07/06.**

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e produzirá os seguintes efeitos:

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 5º PELO DECRETO
Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

**SUBSEÇÃO IV
DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado de Fazenda, à vista dos motivos informados pela Subsecretaria de Compras e Licitações.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de até dois anos de sancionamento.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

**CAPÍTULO II
DAS DEMAIS PENALIDADES**

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e
- II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto
- III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

**FICA REVOGADO O INCISO III DO ART. 7º PELO DECRETO
Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

**CAPÍTULO III
DO DIREITO DE DEFESA**



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

Art. 9º É facultado ao interessado interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário; só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

**NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 9º PELO DECRETO
Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**FICA ACRESCENTADO O § 3º DO ART. 9º PELO DECRETO
Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

§ 3º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

**FICA RENUMERADO O §3º PARA §4º DO ART. 9º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

**FICA RENUMERADO O §4º PARA §5º DO ART. 9º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 5o Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**FICA RENUMERADO O §5º PARA §6º DO ART. 9º PELO
DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.**

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**CAPÍTULO IV
DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS**

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

**CAPÍTULO V
DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS**

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS
CENTRAL DE COMPRAS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, incluir os percentuais relativos a multas, e as propostas comerciais deverão mencionar expressamente a concordância do proponente aos seus termos.

FICA ACRESCENTADO O ART. 13 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FICA RENUMERADO O ART. 13 PARA ART. 14 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA